PKS
PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT

REVISTA DE GEOGRAFIA (UFPE)
www.ufpe.br/revistageografia

OJS
OPEN JOURNAL SYSTEMS

CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA REGIÃO DO TAQUARAL: COMUNIDADE NOSSA SENHORA DA GUIA, CÁCERES/MT, BRASIL

Luciene da Costa Rodrigues[1], Ronaldo José Neves[2], Maria Antonia Carniello[3], João dos Santos Vila da Silva[4]

1 – Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas, Departamento de Ciências Biológicas, Cáceres, MT, Brasil, email: lucyrodrigues_bio@hotmail.com
2 - Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola-PPGASP, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil, email: rjneves@terra.com.br.
3 - Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas, Departamento de Ciências Biológicas, Cáceres, MT, Brasil, email: carniello@unemat.br
4 - Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola-PPGASP, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil, email: jvilla@cnptia.embrapa.br

Artigo recebido em 06/02/2013 e aceito em 11/07/2015

RESUMO
A legislação fundiária aplicada no decorrer do período colonial estabeleceu-se de modo descontínuo, disperso, através de um amplo número de resoluções administrativas e cartas de doação. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é reunir dados da caracterização do espaço sociocultural por meio do histórico da ocupação territorial, considerando-se os aspectos sociais, culturais e religiosos da comunidade rural Nossa Senhora da Guia, Cáceres (MT). A pesquisa foi realizada em cinco propriedades, num período de 18 meses, através de entrevistas, orientadas por um formulário semiestruturado. A comunidade estudada apresenta práticas tradicionais, mas estas vêm se perdendo ao longo dos anos, ocasionada, em parte, pela entrada de pessoas de outros lugares na localidade. O modo de vida dos agricultores é marcado pela história territorial, em busca de um "pedaço de terra", pela crença religiosa, cultura material e sua relação com o ambiente em que vivem. Elementos estes reveladores das experiências ligadas às suas origens. A investigação do modo de vida dos agricultores permite concluir que estes conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre o lugar que eles habitam; conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural.
Palavras-Chave: Ocupação territorial; Morraria; Comunidade rural.

SOCIOCULTURAL CHARACTERIZATION OF THE TAQUARAL REGION: NOSSA SENHORA DA GUIA COMMUNITY, CÁCERES/MT, BRAZIL

ABSTRACT
The landholding legislation applied during the colonial period settled at discontinuous and dispersed way, through a wide range of administrative resolutions and donation letters. In this sense, the objective of this study is to gather the sociocultural space characterization data through land-use history, considering the social, cultural and religious aspects of the Nossa Senhora da Guia rural community, Cáceres (MT). The survey was conducted in five properties over a period of 18 months, through interviews, guided by a semi-structured form. The community has traditional practices, but these have been lost over the years, caused in part, by the entry of people from other places in the locality. The farmers' way of life is marked by territorial history, the looking for a "piece of land", by religious belief, material culture and its relationship with the environment in which they live. These elements reveal the experiences connected to their origins. The investigation of the farmers' way of life leads to the conclusion that

they were able, over time, develop a deep understanding of the place where they live; knowledge that assured them today, playing their social and cultural system.
Keyword: Territorial occupation; Hills; Rural Community.

INTRODUÇÃO

A diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária variedade fundiária. As múltiplas comunidades de populações humanas tradicionais apresentam formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, assim, formam núcleos importantes dentro dessa diversidade (Little, 2002; Nozoe, 2006).

Dentre o grande número dessas populações, inclui-se os chamados de pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos, varjeiros e outros (Diegues et al., 2001). Pessoas estas, com suas próprias culturas e com seus modos de vida, agrupadas sob diversas categorias como: “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” etc. Tendem a ser acompanhadas por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais” ou “locais” (Vianna, 1996). Além destas classificações, citadas por Diegues et al. (2001), outras têm sido propostas para caracterizar as populações tradicionais como o termo “morroquiano”, sendo uma denominação reconhecida por todos os agricultores nativos da comunidade rural Nossa Senhora da Guia do município Cáceres.

Segundo Aguiar (2009) a autodenominação “morroquiano” deriva de dois aspectos sendo, o modo de vida da população local e a localização geográfica. Trata-se de uma comunidade que desenvolve práticas de sistemas agrícolas firmados em padrões culturais baseados no passado colonial brasileiro, resultado de uma longa tradição agropecuária e uso dos recursos naturais do bioma Cerrado por várias gerações. O sistema agrícola descrito pela referida autora, são próprios de agricultores tradicionais de base familiar. Geograficamente, os morroquianos estão abrigados em uma extensa área delineada por serras e vales cobertos pela vegetação do bioma referido. A geomorfologia do local, é reconhecida como unidade de relevo Província Serrana matogrossense.

Nesse contexto, para os “morroquianos”, o taquaral/morraria conforma um território no qual vêm mantendo por várias gerações, formas locais de construir seu próprio conhecimento por meio da observação e classificação do ambiente natural e experimentação de variedades de práticas que se caracterizam pelo uso de terras sobre diferentes fitofisionomias do Cerrado (Aguiar, 2009).

O estabelecimento dessas características auxilia a delinear uma compreensão sobre quem são essas populações, no que se refere, à ocupação territorial. Este, é um indicador relevante para o reconhecimento de uma população tradicional, porém, é preciso flexibilizar esse critério em um país como o Brasil, onde ocorrem problemas fundiários. Embora, as características normalmente apresentadas para identificação de um povo como população tradicional sejam válidas, entendemos que as questões fundiárias serão de algum modo, falhas perante a dinâmica social que não nos permite fixá-las de modo absoluto (Moreira, 2007).

Nesse contexto, Diegues (1996) conceitua populações tradicionais, como sendo "agricultores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares", ou seja, o modo de vida dessas populações apresentam características que as diferenciam, de populações típicas dos meios urbanos e industrializados.

Desse modo, o que faz um grupo ser identificado como tradicional não é exclusivamente a localidade onde se encontra, mas sim, seu modo de vida e as suas formas de estreitar relações com a diversidade biológica, em função de uma dependência que não pode ser apenas para fins de subsistência, mas também material, econômica, cultural e religiosa (Moreira, 2007; Diegues, 2000).

Nas últimas décadas, as comunidades de populações humanas tradicionais vêm sofrendo um acelerado processo de desestruturação social e cultural, devido à influência da vida urbana, a partir da inserção de indivíduos externos nesses grupos. A pressão da sociedade urbana no meio rural, segundo Diegues (2000) é um dos principais fatores que tem provocado a crescente perda da identidade cultural desses grupos e principalmente, o acesso aos recursos naturais, em alguns casos.

No entanto, a proteção dos saberes locais compõe a afirmação de uma agenda de luta que inclui aspectos como que envolve o território, o ambiente local, os saberes, a autodenominação, a inclusão social, os direitos culturais, dentre outros (Moreira, 2007). Assim, a área ocupada pelos agricultores "morroquianos" vem ocorrendo transformações ao longo dos anos, num rápido processo de modificação demográfica, política, cultural, ecológica e econômica. Dinâmicas distintas que contribuem para novas formas de articulação socioespacial desta população (Aguiar, 2007; Mendes, 2005).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é reunir dados da caracterização do espaço sociocultural por meio do histórico da ocupação territorial, considerando-se os aspectos sociais,

culturais e religiosos da comunidade rural Nossa Senhora da Guia, Cáceres (MT), Brasil e a partir desses dados fornecer para a localidade investigada subsídios sobre sua concepção de desenvolvimento territorial e autodenominação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de estudo

A pesquisa foi realizada na comunidade rural Nossa Senhora da Guia, situada na porção norte do município matogrossense de Cáceres, às margens da MT 343, em cinco das treze propriedades rurais pertencentes à comunidade (Figura 1). A localidade investigada pertence uma região da Província Serrana, classificada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como Salobra Devoluto VIII - Área "C". Está inserida na região do Taquaral e/ou Morraria que abrange uma área de aproximadamente 15.720 ha, onde a titulação predominante são as Cartas de Sesmarias (Brasil, 1994).

O município de Cáceres pertence ao bioma Cerrado com uma fitofisionomia de Formações Florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria e Cerradão) que englobam os tipos de vegetação com predomínio de espécies arbóreas e formação de dossel (MMA, 2007). O clima é o Tropical quente e úmido, com inverno seco (Awa), caracterizando-se pela presença de duas estações definidas, uma chuvosa (novembro a abril) e outra seca (maio a setembro), e as médias anuais de temperatura são 32°C para máxima e 21°C para mínima (Neves et al., 2011).

Atualmente a população de Cáceres totaliza 87.942 pessoas, destas 11.374 vivem na área rural (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal é de 0,708, o que o caracteriza como de médio desenvolvimento humano, enquanto o de Mato Grosso é de 0,773 (Mato Grosso, 2012) e do Brasil é de 0,792 (PNUD, 2012).

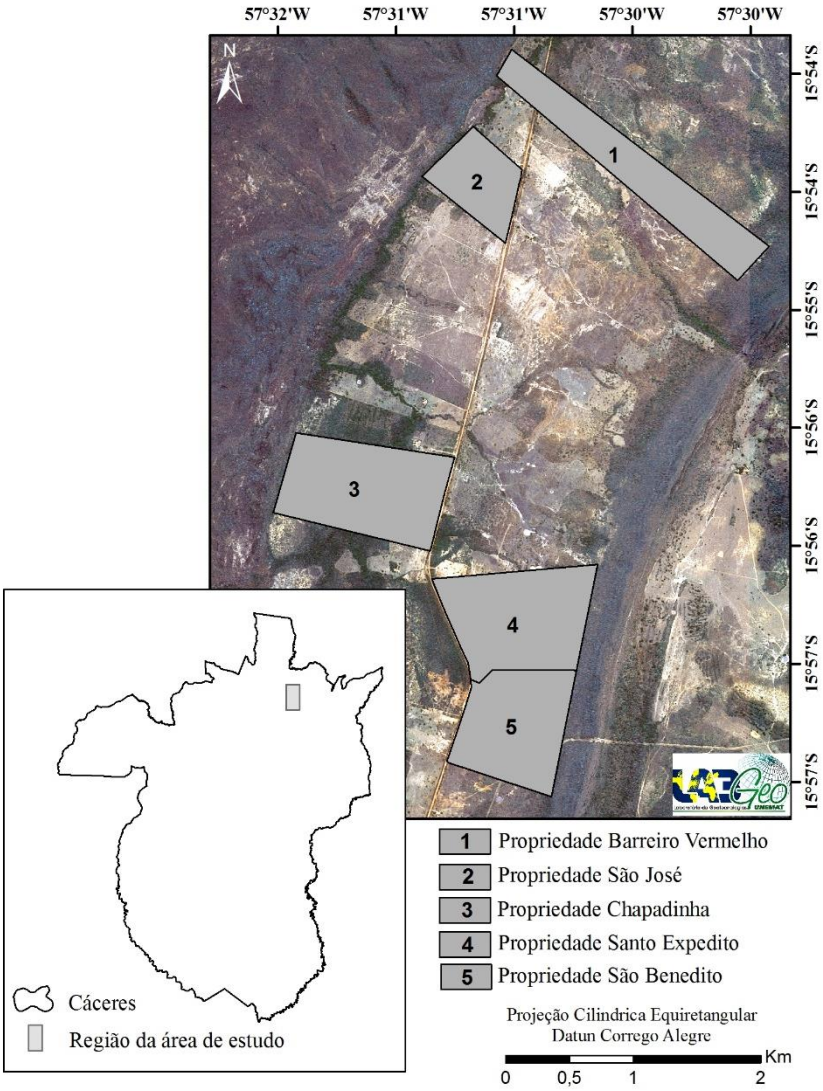
Procedimentos metodológicos

Durante a pesquisa foram estabelecidos contatos prévios, com a comunidade, para delimitação da área de estudo, mapeamentos, estabelecimento dos locais de coleta dos dados e apresentação do projeto de pesquisa e esclarecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após o consentimento e autorização dos referidos agricultores, iniciou-se a coleta de dados, realizada durante 18 meses, Maio/2011 a Novembro/2012.

Para a coleta de dados adotou-se uma abordagem qualitativa, segundo Lüdke e André (1986). As entrevistas foram realizadas com auxílio de um formulário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, proposto por Alexíades (1996), caracterizando o perfil

socioeconômico do agricultor, aspectos como infraestrutura das propriedades estudadas e sobre a cultura religiosa.

Figura 1: Localização da comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres (MT), apresentando as cinco propriedades estudadas.



Fonte: Laboratório de Geotecnologias-UNEMAT (2012).

Para efetuação do registro da rotina dos agricultores utilizou-se a técnica de observação participante (Bernard, 1998), desse modo estabeleceu-se um período de contato com os mesmos, na comunidade rural Nossa Senhora da Guia. Nessa etapa de coleta de dados utilizou-se o diário de campo e registros fotográficos de acordo com Viertler (2002).

Outra metodologia desenvolvida, foram buscas de artigos científicos, monografias, dissertações e teses online e impressas que trata de questões que envolvem a localidade quanto ao seu processo de territorialização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto teórico de ocupação territorial

A expansão das fronteiras do Brasil é, necessariamente, uma história territorial, em que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos já existentes no local, anteriormente (Little, 2002; Nozoe, 2006; Martins, 1996). Dessa forma, podemos identificar o que Oliveira (1998) chama de "processos de territorialização", os quais surgem em "contextos intersocietários" de conflito.

Dessa forma, o processo de ocupação territorial da região do Taquaral/Morraria de Cáceres ocorreu a partir da implantação da Lei nº. 601 de 18 de Setembro de 1850 (Lei de Terras) que dispõe sobre as ***Terras*** Devolutas ao Império. Essa lei, contribuiu com a formação da estrutura agrária brasileira e revogou oficialmente com a doação de sesmarias. A sesmaria se estabeleceu no período das capitanias hereditárias, instituída por D. João III, em 1534 (Lima, 2002; Lopes, 2002). Segundo Aguiar (2007) e Mendes (2005), as terras da região do Taquaral/Morraria são de origens sesmeiras, informação esta baseada em relatos dos primeiros habitantes da área investigada e por pesquisas realizadas por meio de registros históricos dessa região.

A Lei de Terras estabeleceu judicialmente que a partir da data da sua implantação, as terras poderiam ser adquiridas, por meio de aquisições. Além disso, consignou obrigações aos antigos donos de sesmarias, caso não cumprido, a doação seria anulada, e a terra devolvida ao governo, diante desse contexto, originou-se o termo "Terras Devolutas" (Holston, 1993; Neves, 2001).

A partir desse critério que o INCRA classificou a região do Taquaral/Morraria como Salobra Devoluto VIII - Área "C". Posteriormente, com a delimitação da área geográfica, formou-se várias comunidades rurais com diferentes denominações, como exemplo, a comunidade rural Nossa Senhora da Guia, fundada mediante a essas divisões (Aguiar, 2007). Segundo Oliveira (1998) a formação de uma territorialidade surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade moldam outras formas territoriais.

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (Casimir, 1992). Desse modo, a partir dos relatos dos agricultores da comunidade rural Nossa Senhora da Guia, ao longo dos anos, está vem passando por mudanças socioespaciais.

Essas mudanças estão relacionadas com a delimitação da terra, com as migrações e no modo do sistema de produção agrícola implantado pelos novos agricultores da região (Aguiar, 2007; Ramos, 1989).

Nesse contexto, com as migrações para a região do Taquaral/Morraria que ocorreu em meados de 1960, em face da construção da rodovia MT-343, sentido Cáceres a Barra do Bugres (MT) e pela busca de terras para implantação da atividade pecuária. Ambas as situações corroborou para que diferentes agricultores de outras regiões do Brasil adquirissem terras na região do Taquaral/Morraria, inclusive por aquisição dos próprios agricultores nativos da localidade investigada. Com esse contexto histórico, justifica-se a quantidade de agricultores migrantes que compõem a comunidade rural Nossa Senhora da Guia, das treze propriedades, seis são agricultores nativos, ou seja, estão estabelecidos nessa área desde o seu nascimento.

Diante disso, com as modificações socioespaciais originaram novos meios de trabalho, como exemplo, a implantação do Programa Regional DE AGROEXTRATIVISMO DE FRUTOS DO CERRADO, PROPOSTO PELA Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), cujo objetivo é incentivar pequenos agricultores na produção de derivados de frutos nativos do Cerrado. Este empreendimento coletivo está sendo realizado há 13 anos mediante a orientação e apoio técnico da FASE (Fase, 2012) e incentivado pelos agricultores migrantes da região.

Esse programa agroextrativista, abrange duas comunidades da região do Taquaral/Morraria (Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora do Carmo), composto por mulheres que desenvolvem os trabalhos por meio da utilização dos frutos encontrados na própria região, como o babaçu (*Orbignya oleifera* Bur.) e do baru (*Dipteryx alata* Vogel). Todo o processo de confecção para obter os produtos finais é realizado manualmente sem o auxílio de máquinas indústrias. Os produtos oriundos desses frutos integram a cadeia produtiva de derivados comercializados para atender, em parte, a demanda da merenda escolar na rede municipal do Distrito de Vila Aparecida, Cáceres (MT), situada aproximadamente 15 Km de distância da comunidade rural Nossa Senhora da Guia, para esse intermédio, há uma cooperativa responsável para destinar os produtos. Para essa intermediação comercial a cooperativa supra mencionada tem assumido a responsabilidade na destinação dos produtos.

Diante do exposto, os agricultores que se autodeclaram como “morroquianos” não deixaram de praticar seus saberes e obtêm o seu sustento a partir da agricultura de subsistência e de produtos naturais que encontram disponíveis no ambiente em que vivem. Os “morroquianos” retiram de forma sustentável, do ambiente local, matéria prima para confecção

de artefatos usados nos afazeres domésticos e no lazer. Para Velt (1998) os artefatos e artesanatos consistem em testemunho material de uma determinada sociedade ao retratar um modo de vida e revelar múltiplas expressões culturais. Os diferentes usos e o aspecto formal destes objetos revelam também aspectos peculiares da vida em sociedade.

Outra característica adotada por este grupo, está presente na unidade de produção, denominado como "roça". Os "morroquianos" utilizam técnicas manuais de manejo do solo, plantio e colheita. Para o controle de pragas e doenças são utilizadas extratos de plantas que apresentam substâncias bioativas sobre organismos, afim de eliminá-los, como exemplo, o fumo (*Nicotiana tabacum* L.), o nim (*Azadirachta indica* A. Juss.) e o e o cravo-de-defunto (*Tagetes erecta* L.), são plantas usadas no controle de pulgão, vaquinhas, moscas, carrapato e nematoides. O uso de produtos alternativos, menos agressivo ao homem e à natureza com função de repelência, inseticida e fungicida, aliado ao manejo adequado do solo, planta e água, garantem a produção de alimentos orgânicos, sem resíduos tóxicos, além de preservar a saúde do agricultor. Dessa forma, os sistemas de controle assim concebidos procuram não eliminar, mas contribuir para o equilíbrio entre pragas, doenças e seus inimigos naturais (Mertz, 2009; Saito, 2004; Carvalho et al., 2008).

A técnica de armazenamento e conservação de produtos advindos da roça, os "morroquianos" usam o paiol e a tuia. Ambos os lugares também é utilizado como forma de armazenar produtos da unidade produtiva fora do estado de Mato Grosso como mostra o estudo de Rebollar et al. (2010) com agricultores rurais do estado de Santa Catarina e de Araújo e Araújo (2011) do Amazonas, município de Guarajá. Por outro lado, os agricultores migrantes usam as terras basicamente para a prática da atividade pecuária em pequena escala. Para plantio e colheita utilizam máquinas especializadas e fazem uso de agrotóxicos.

O processo de transformação do espaço, ao longo do tempo, é o verdadeiro testemunho da história de uma localidade e de uma região. Assim, pode-se afirmar que o processo de mudança no espaço não é particular, ou seja, não atinge somente a economia, mas outros aspectos como o social, cultural e o ambiental. As transformações do espaço geográfico e o tempo histórico são complementares, indissociáveis e ao mesmo tempo são contraditórios (Queiroz, 2007) mas que nos auxilia no entendimento destes e nos revelaram perdas de práticas tradicionais importantes no que se refere aos saberes culturais.

Aspectos sociais

A faixa etária agricultores envolvidos neste estudo, variou de 42 a 81 anos de idade. Os entrevistados são originários de dois estados brasileiros: quatro de Mato Grosso, do

município de Cáceres e outro do estado de São Paulo. Sobre o nível de escolarização, registrou-se um não escolarizado, três com ensino fundamental incompleto e um com o ensino médio completo. Segundo os agricultores, o principal motivo para o abandono dos estudos justifica-se pela necessidade de trabalhar na "roça". Para Gohn (2005) a educação deixou de restringir-se apenas ao ensino e à aprendizagem no interior de instituições escolares formais, para transpor os muros da escola em outros espaços como: casa, associações, igrejas e muitos outros ambientes.

Para a mesma autora (op. cit) a educação está diretamente ligada à cultura, à tradição e a todas as formas de aprendizagem, a qual passaremos a denominar de educação não-escolarizada ou não-formal. Esta se aprende 'no mundo da vida', via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos (Gohn, 2006). Neste estudo, as evidências demonstram que parte dos informantes não apresenta educação formal, porém, são detentores de conhecimento sobre o uso da diversidade biológica local, bem como, dos processos de transformação social, ambiental e político em que a região está envolvida. Esses dados, estão relacionados com o tempo de moradia no local que compreende de 18 a 81 anos. Os domicílios abrigam famílias com diferentes números de moradores, com menor indicação para duas pessoas adultas com até três crianças.

Dentre os 12 moradores das cinco propriedades estudadas, seis são crianças, pertencentes a três famílias distintas. Todas recebem benefício do governo como bolsa família, contribuindo na viabilização de materiais escolares utilizados na educação formal delas. Nesta comunidade, dos cinco entrevistados, quatro agricultores são aposentados por idade, mesmo com a contribuição do governo, a principal fonte de renda é advinda de produtos derivados de espécies cultivadas na "roça", e em alguns casos, comercializa-se o excedente. Essa atividade se assemelha aos resultados de Oliveira et al. (2012) que estudaram a comunidade Catolé de Casinhas (PE), dessa forma, observa-se uma relação do homem com o ambiente em que está estabelecido.

Cultura religiosa

Segundo Claval (2001), a cultura pode ser considerada como uma manifestação popular e de heranças transmitidas. Essas transmissões podem ser expressas por meio das festas religiosas, estas, portanto, é a continuidade do cotidiano das populações humanas tradicionais e estão ligadas a um "ciclo de reprodução da vida" (Mariano, 2009).

Na comunidade rural Nossa Senhora da Guia, a cultura religiosa é marcada por festas de homenagens e adoração das santas padroeiras. A religiosidade desta população é marcada por eventos como as cerimônias católicas, realizadas na igreja da própria comunidade (Figura 2: A, B). As missas são celebradas mensalmente com a visita de padres, e em sua ausência as rezadeiras e/ou rezadeiros são encarregados de "tirar reza", conforme a expressão local. São realizadas, ao longo do ano, homenagens as santas padroeiras, aos quais os devotos agradecem as bênçãos obtidas e cumprem as promessas oferecidas aos santos. As santas homenageadas são Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora Aparecida, cujas cerimônias são realizadas no meses de agosto e outubro.

As rezas e homenagens dos devotos envolvem a novena (nove dias de reza que antecede a festa religiosa) e a festa social de conclusão do ciclo de orações acompanhada com as danças do Cururu (dança inicial) e o São Gonçalo (dança final), conforme descritos por Silva e Pinto (2011) e Santos (2009).

Figura 2: Religiosidade: A: Santa homenageada; B: Igreja da comunidade.

Fonte: Rodrigues (2012).

A gastronomia local consiste em doces típicos da região como o "furrundú" (rapadura de cana com mamão ralado), doce de leite, biscoitos de polvilho, bolo de fubá acompanhado com a bebida local (chá de capim cidreira). As bebidas apreciadas e servidas são o "aluá" (preparado com milho torrado) e licores de distintos sabores como: coco, amendoim e pequi. Em algumas comunidades rurais do estado de Mato Grosso estudados por Pasa (2004) e Silva e Macedo (2007) também apresentam sua própria gastronomia local, como comidas e bebidas típicas.

A escolha dos próximos festeiros, organizadores da festa, é realizada com um ano de antecedência, compreendendo os seguintes cargos e funções: a rainha (responsável pela decoração do local da realização da festa social e dos mastros); o coordenador (responsável por

organizar o evento); o festeiro (responsável para doar alimentos e bebidas) e a irmandade (tem como responsabilidade providenciar donativos para a realização da festa social). Para Mota e Almeida (2012), as festas são consideradas como um modo de reprodução de uma cultura. E a cultura, portanto é produzida pelas relações humanas na qual se constroem a identidade de um local, ou seja, a cultura está em constante transformação.

Infraestrutura e arquitetura das moradias

Na comunidade investigada, os agricultores mantém uma relação forte e permanente com a cultura material associado ao ambiente em que estão estabelecidos há pelo menos seis gerações, resultando em estados transitórios e marcos de fixação do homem em relação ao lugar e seus significados.

A infraestrutura das moradias baseia-se em tecnologias como rádio, fogão a lenha largamente utilizados, o fogão a gás para usos rápidos (aquecer alimentos) e o forno de barro, usado em períodos festivos. Utensílios como: moringa, filtros e pote de barro (Figura 3: A, B, C) servem como armazenamento de água, estes, são fabricados pelos próprios agricultores da comunidade estudada e tem como matéria prima, a argila e/ou barro, retirado do córrego localizado dentro das suas propriedades.

Figura 3: Utensílios utilizados pelos agricultores. A: Pote de barro; B: Fogão a lenha e o C: Forno de barro.

Fonte: Rodrigues (2012).

Esse método de confecção dos artefatos, atualmente, não é realizado pelos agricultores. Segundo os mesmos, esse conhecimento herdado de seus pais e avós está sendo passado para seus filhos por meio de prática e oralidade. Resultados estes, se assemelham aos de Pereira (2010) que estudou as comunidades pantaneiras de Bonsucesso, no município de Várzea Grande (MT), verificou que os moradores fazem uso de peças artesanais para conservação de produtos alimentícios e usam argila e/ou barro como matéria prima para confeccioná-los.

Com a instalação da energia elétrica nas propriedades, possibilitou que aparelhos de televisão, refrigeradores, telefone celular, computador dentre outros eletrodomésticos, fizessem parte da vida dos agricultores. A eletricidade para os envolvidos nesta pesquisa é considerada como uma melhoria que elevou a sua qualidade de vida, principalmente, nos hábitos familiares de lazer e trabalho. Barrozo et al. (2010), ao pesquisarem o assentamento rural de Santa Bárbara II, no município de Jaguaretama (CE), constataram que a energia elétrica implantada nesta localidade contribuiu na qualidade de vida dos moradores. Esses dados nos mostra a importância de desenvolver projetos sustentáveis de eletrificação na zona rural, visando uma melhor qualidade de vida para os agricultores.

O acesso à cidade e à unidade escolar na comunidade rural Nossa Senhora da Guia, ocorre por meio de estradas não pavimentadas. O meio de transporte é via ônibus circular e municipal destinado ao transporte escolar diário. Há outros meios de transporte para se deslocar internamente, como a "charrete em cavalo" e a bicicleta, além destes, alguns moradores preferem utilizar veículos automotores (motocicleta e automóvel). Estes resultados são semelhantes aos de Silva e Macedo (2007).

Quanto às condições sanitárias das propriedades estudadas, 100% possuem água encanada. A água é transportada para as moradias por meio de bombas elétricas vindo diretamente de poços simples, artesianos ou do córrego que situa-se no fundo das propriedades. Nesta comunidade, a disponibilidade de água é satisfatória, pois, há ocorrência de dois principais corpos d'água que as circundam, os córregos Piraputangas e Jaberão (denominação local). Segundo Diegues (2005), a água para as populações humanas tradicionais, incluindo rios e lagos, faz parte de um território e de um modo de vida, base de identidades específicas, ao passo que, nas sociedades modernas a água é um bem de consumo, canalizada de outros lugares, muitas vezes distantes, com os quais as populações urbanas têm pouco ou nenhum contato.

Dentre as moradias investigadas, todas possuem esgotamento sanitário que recebem os dejetos vindos diretamente dos banheiros. Já o esgoto doméstico, é liberado no quintal sem nenhum tratamento. A coleta do lixo doméstico é precária, segundo os agricultores o lixo é queimado sobre o solo ou depositado em lugares, como poços que foram desativados. Portanto, na comunidade rural Nossa Senhora da Guia não há saneamento básico adequado, que sabemos, é fundamental na preservação do meio ambiente e prevenção de doenças correlatas.

As moradias da comunidade investigada, são construídas com recursos disponíveis na natureza (madeira falqueada para caibros, esteios e vigas, folhas de palmeiras, bambus e argila). Além de telhas industrializadas, são comuns nas coberturas de casas e ranchos o uso de telhas

de fabricação artesanal local (Figura 4: A, B, C, D). Os modelos arquitetônicos das casas diferem-se em relação à sua forma, dimensão, beleza e trazem consigo reflexos da cultura "morroquiana". Cada estrutura, cômodo apresenta as histórias vividas naquele lugar.

A tipologia das moradias proporciona a combinação de objetos advindos do ambiente local, objetos fabricados por terceiros e pelos agricultores na própria comunidade, formando assim, moradias singelas que caracterizam a comunidade e a cultura local.

O território, o espaço, o lugar são locais das representações do modo de vida das populações humanas tradicionais. Estes, expressam valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente em que estão estabelecidos por várias gerações. Essa valorização é uma função direta de saberes culturais, religiosos, materiais, uso de tecnologias do grupo com o ambiente local.

Figura 4: Arquitetura das moradias. **A**: Casa com parede de mourões de angico (*Anadenanthera* sp.), revestida de barrote e coberta com folhas de babaçu (*O. oleífera*) e/ou acuri (*Attalea phalerata* Mart. ex Spreng.); **B**: Casa com parede de madeira cagaita (*Eugenia dysenterica* DC**)**, revestida com barrote e coberta com telhas (fabricação artesanal); **C**: Casa com parede de madeira e coberta com telhas industrializadas e **D**: Casa de alvenaria associada com o rancho.

Fonte: Rodrigues (2012).

CONCLUSÕES

A comunidade rural Nossa Senhora da Guia, desde a década de 1960, vem passando por mudanças socioespaciais provocadas por questões fundiárias. A região estudada, anteriormente, pertencia às sesmarias, após a delimitação da área, comunidades rurais se organizavam gradativamente dentre elas a Nossa Senhora da Guia, composta atualmente por agricultores nativos "morroquianos" e migrantes.

Os agricultores que se autodenominam como "morroquianos" mantêm práticas caracterizadas como tradicionais, que consistem de costumes, celebrações religiosas, conhecimentos e dependência do ambiente onde estão estabelecidos. Quanto aos agricultores migrantes suas práticas consistem em atividade pecuária de pequena escala e agroextrativismo. Com a cultura diferenciada na comunidade estudada surgiram novas experiências, que ao longo dos anos vêm incorporando elementos próprios da sociedade atual, ocasionando mudanças no modo de vida daqueles que afirmam ser nativos do local investigado.

A trajetória das lutas em favor do território vem obtendo conquistas para os agricultores da comunidade rural Nossa Senhora da Guia, um aspecto se deve a legalização das terras em que seus familiares ocuparam desde o período de sesmarias. Associado a isto, se inscreve o reconhecimento desta população como "morroquianos" perante a sociedade local e regional. Mesmo com as mudanças na forma de vida dos agricultores nativos e de conviverem e terem acesso à novas tecnologias são mantidos hábitos e bens culturais próprios do grupo estudado, estes, sobrevivem em decorrência da persistência para que sejam reconhecidos e pelo conhecimento sobre o ambiente local, proporcionando através da ecologização o uso e manejo da terra de forma consciente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Virgínea de Almeida. El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural: un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidad em dos comunidades campesinas tradicionales del estado de Mato Grosso – Brasil. 2007. 915f. Tese (Doutorado em Agroecologia) – Universidade de Córdoba, Espanha, 2007.

AGUIAR, Maria Virgínea de Almeida. Quintais agroflorestais nos cerrados da morraria – espaço de construção de biodiversidade nas suas múltiplas dimensões. Anais... VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2009. p. 1-4.

ALEXÍADES, Miguel. Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual. New York: The New York Botanical Garden, 1996. 306p.

ARAUJO, José Júlio César do Nascimento; ARAUJO, Jordeanes do Nascimento. As comunidades tradicionais e o programa Zona Franca Verde: cenários no sudoeste do Amazonas – Brasil. Millenium, v. 1, n. 41, p. 47-67, 2011.

BARROZO, L. C. R. et al. Projeto de assentamento e qualidade de vida dos produtores rurais: o caso do Assentamento Santa Bárbara II no Ceará. Anais... XLVII SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010. p. 1-21.

BERNARD, Harvey Russel. Research methods in cultural anthropology. Newbury Park: Sagepublications, 1988, 519p.

BRASIL. Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA, (Série Biodiversidade 17), 2007, 540p.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Diagnóstico Técnico, Cáceres, MT, 2004. 320p.

CARVALHO, G. A. et al. Eficiência do óleo de nim (*Azadirachta indica* A. Juss) no controle de *Brevicoryne brassicae* (Linnaeus, 1758) e *Myzus persicae* (Sulzer, 1776) (Hemiptera: Aphididae) em couve-manteiga (*Brassica oleracea* Linnaeus var. Acephala G.A.). Arquivos do Instituto Biológico, v. 75, n. 2, p.181-186, 2008.

CASIMIR, Michael John. The dimensions of territoriality: an introduction. In: CASIMIR, M. J.; RAO, A. (eds.) Mobility and territoriality: social ans spatial boundaries among forages, fishers, pastoralits and peripatetics. New York: Berg, 1992, p.1-26.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Traduzido de Fugazolla Pimenta; Margareth de Castro Pimenta. 2.ed. Florianóplis: Ed da UFSC, 2001, p.60-70.

DIEGUES, Antonio Carlos. Aspectos socioculturais e políticos do uso da água. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP - NUPAUB, Texto publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos-MMA, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000, 78p.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, 3ª ed., Hucitec, 1996, 163p.

DIEGUES, et al. Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, São Paulo/USP, 2001, 211p.

FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Programa regional de agroextrativismo: segurança alimentar e intercâmbio dos saberes ambientais do cerrado no sudoeste do Mato Grosso. Disponível em: http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=235. Acesso em: 11 de Março de 2012.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 120p.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Revista Ensaio, v.14, n. 50, p. 27-38, 2006.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 8, n. 21, p. 68-89, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de outubro, 2012.

LIMA, Rui Cirne. Pequena historia territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas. Goiás: Ed.UFG, 2002, 116p.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, v. 332, p. 1-32, 2002.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na história. São Paulo: Ed. Max Limonad, 2002, 487p.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986, 99p.

MARIANO, Neuza de Fátima. Tem festa caipira na metrópole de São Paulo. Anais... XII Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL, 2009, p.1-15, Montevideo, Uruguai. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area08/8239_Mariano_Neusa_de_Fatima.pdf Acesso em: 07 de Março de 2014.

MARTINS, José de Sousa. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social, v. 8, n. 1, p.25-70, 1996.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Anuário Estatístico de Mato Grosso – 2010. Cuiabá: SEPLAN/MT, 1011. S/p. Disponível em: http://www.seplan.mt.gov.br/sitios/anuario/2010/Index.htm. Acessado em: 12/06/2012.

MENDES, Deroni de Fátima Leite. O fm do uso comum da terra e suas implicações na identidade territorial de comunidades tradicionais: o caso do Taquaral e Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT. 2005. 91f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Cáceres, MT, 2005.

MERTZ, Natalia Ramos. Controle Biológico do pulgão *Aphis gossypii* Glover (Hemiptera: Aphidae) em cultivo protegido de pepino com cravo-de-defunto (*Tageres erecta* L.). 2009. 67 f. Dissertação (Mestre em Entomologia Agrícola) - Universidade Federal de Lavras-UFV, Lavras, 2009.

MOREIRA, Elaine. Conhecimento Tradicional e a Proteção. T&C Amazônica, v. 5, n. 11, p. 33-41, 2007.

MOTA, Rosiane Dias; ALMEIDA, Maria Geralda. A representação dos aspectos simbólicos das festas de santos reis de Goiânia por meio de mapas mentais. Espaço Geográfico em Análise - RA'EGA, v. 25, p. 92-110, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Semarias em Portugal e no Brasil. Politeia: História e Sociedade, v. 1, n. 1 p. 11-139, 2001.

NEVES, S. M. A. S. et al. Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT - Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídios às atividades agropecuárias e turísticas municipais. Boletim Goiano de Geografia, v. 31, n. 2, p. 55 - 68, 2011.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia. Economia, v. 7, n. 3, p. 587–605, 2006.

OLIVEIRA, G. C. S. et al. Perfil socioambiental e estimativa do potencial para a aptação de água da chuva em Catolé de Casinhas (PE). Revista de Geografia, v. 29, n. 1, p. 75-90, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma Antropologia dos "Índios Misturados"? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PASA, Maria Corette. Etnobiologia em uma comunidade ribeirinha no alto da bacia do Rio Aricá Açu, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. 2004. 189f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde) – Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR, São Carlos, SP, 2004.

PEREIRA, Maria Salete Dias Ferreira. Dias. Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso. 2010. 180f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR, São Carlos, SP, 2010.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/SobrePNUD. aspx. Acesso em: 10/05/2012.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa. A formação histórica da região do Distrito Federal e entorno: dos municípios-gênese apresente configuração territorial. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia: UnB, 2007, 135p.

RAMOS, Jovino. Informativo Barra do Bugres: história, folclore, curiosidades. Cuiabá/MT: Ed. Atalaia, 1989, 232p.

REBOLLAR, P. B. M. et al. Desenvolvimento rural e práticas tradicionais de agricultores familiares: o caso do milho no vale do Capivari, Santa Catarina, Brasil. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 5, n. 2, p. 174-186, 2010.

SAITO, Maria Lúcia. As plantas praguicidas: alternativa para o controle de pragas da agricultura. Jaguariúna/SP: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 4p.

SANTOS, Giordanna. Cultura popular e tradição oral na festa de São Gonçalo beira rio. Anais... V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação, 2009. p. 1-14.

SILVA, Ilsa Helena Gomes Procópio; MACEDO, Miramy. Os saberes locais de uma comunidade tradicional no pantanal de Poconé, Mato Grosso, Brasil: um estudo de caso. Anais... I Congresso Internacional de Educación Ambiental dos Países Lusófonos e Galicia, Santiago de Composteia, 2007.

SILVA, L. R. S.; PINTO, M. R. Resistência da cultura popular: O Cururu e o Siriri diante do desafio de se perpetuar na cultura mato-grossense. Anais... XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2011. p. 1-5.

VELT, Lúcia Van. A pele de Tuluperê: uma etnografia dos trançados Wayna. Belém: MPEG, 1998. 250p.

VIANNA, Lucila Pinsard. Considerações críticas sobre a construção da ideia da população tradicional no contexto das unidades de conservação. 1996. 2217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, SP, 1996.

VIERTLER, Renate Brigitte. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. de M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Eds.) Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas, Rio Claro, UNESP/CNPq, 2002, p.11-29.